

teus. Este ser determinado pelo próprio ser se chama a razão formal, por que a coisa, assim determinada, toma parte intrínseca na forma essencial do que a determina. Mas também percebemos que esta razão formal nos objetos da nossa experiência não explica suficientemente a determinação concreta do ser deles, mas que ainda deve concorrer outra influência determinante. Esta influência vinda do outro se chama a causa eficiente. Sómente tomando as duas juntas, entendemos por que um ser, nesta determinada circunstância, é este e não aquele. Como o nosso conhecimento do ser é objetivo e como sempre tornamos a fazer esta experiência, quando se trata dum ente, a razão deve residir no próprio ser. Podemos, pois, afirmar : todo o ser tem razão suficiente para a sua determinação concreta, razão em que de todo se funda, por que ele é justamente êste e não aquele (*princípio de razão suficiente*). Esta razão nos objetos da experiência, divide-se em duas espécies : razão formal e causa eficiente.

para
Todavia também observamos que a relação de seu influxo determinante não é estavel ; ora prevalece a causa formal, ora a causa eficiente. Esta relação podemos exprimi-la completamente em dois sentidos : primeiramente uma coisa só é determinada por outra, e de nenhum modo por si. De si, sem influxo alheio, não seria nada. Em segundo lugar, havendo da outra parte um ser, que fôsse aquele que é puramente por si mesmo, em nada devedor ao influxo alheio, êste ser naturalmente seria muito perfeito, seria o ser mais perfeito, pois de fora nada mais poderia receber, porquanto de si teria tudo o que pode ter. Portanto êle seria a sua própria razão formal, suficiente ; não teria causa eficiente. Si existe tal ser, não o podemos averiguar na experiência imediata ; e por ora nem queremos decidir a questão. Nem sempre percebemos o influxo alheio que explique o ser determinado do ente em questão. Mas desta forma não compreendemos, de todo, o ente ; continuamos a indagar e só descansamos, tendo achado a causa eficiente. Desta forma é que se criaram as ciências. Para tôdas o princípio de razão suficiente é suposição evidente, sem a qual nem sequer se teria chegado á investigação, muito

juízo - "ato de acatar ou negar a relação pensada entre coisas, o ato de afirmar ou negar uma relação."

CAPÍTULO 3

Juízo e conceitos universais

O comunicar e o pensar realizam-se numa atividade espiritual, que acha a sua expressão verbal no juízo. Tais juízos podem, afirmando, apontar para um fato ou transmitir a outrem a intimação de estabelecer um fato circunstanciado. Trata-se aqui, em primeiro lugar, dos juízos da primeira classe. A sua forma mais simples é a oração com sujeito, verbo e predicado, exprimindo-se nos casos mais primitivos o sujeito por um pronome demonstrativo, p. ex., isto é um cavalo. Ou o sujeito, ou o predicado, ou ambos se exprimem por uma palavra cujo significado tanto cabe ao objeto presente como a outros. Desta forma cavalo pode enunciar-se não só daquele em que justamente agora se pensa, mas de uma classe inteira de animais. No enunciado : *êste cavalo é preto*, tanto a expressão cavalo como preto é aplicavel a muitos seres, sem contudo a expressão preto ser sempre predicavel de cavalo. Surge aqui a dupla pergunta : que significa a forma predicativa dos juízos? Qual a relação dos conceitos universais, neles empregados, para com a realidade?

A. Teoria do juízo

No enunciado *isto é um cavalo*, o pronome *isto* designa o conteúdo total da percepção. Está em lugar dum gesto indicador. O predicado, por sua vez, dirige a atenção para uma espécie determinada de notas em todo o complexo da percepção. A vista é restringida a um aspecto parcial da percepção, que neste caso, porém, é de importância especial, porquanto mediante êle o objeto juntamente com outros pode ser agrupado

B. Conceitos universais

Toda a realidade é concreta, singular. Todo o homem é um eu distinto de qualquer tu. Cada coisa é esta e não aquela. Por outro lado, na linguagem, causa reparo que as mais das palavras são conceitos universais, i. é, que se podem enunciar de grande multidão de indivíduos concretos. Isto vale tanto das palavras que designam coisas completas (substantivos), como das que exprimem qualidades (adjetivos), como também das que indicam atividades e estados (verbos). De todos os *eus* e de todos os *tus* vale que eles são homens; o verbo fazer pode designar as mais diversas atividades. Sómente os pronomes definidos têm sentido concreto na situação concreta, sentido que comunicam aos demais membros da oração; em paga não têm conteúdo. Ora sem o emprêgo de conceitos universais é impossível qualquer juízo e portanto qualquer comunicação. Só meras denominações: isto é Socrates, podem eles dispensá-las.

Para a filosofia sempre tem sido um problema qual seja o sentido de tais palavras e qual a sua relação para com a realidade concreta. Para este problema já se voltou Platão. Segundo ele a realidade propriamente dita era a idéa, o universal, realizado nos diversos seres individuais, sem se consumir e esgotar a idéa num único indivíduo. Não este ou aquele homem é homem no sentido próprio, mas o homem universal, em razão do qual cada indivíduo se pode com acêrto chamar homem. Do mesmo modo não os cavalos ou as árvores individuais é que são cavalos ou árvores, mas a idéa cavalo ou árvore. Os indivíduos, assim denominados segundo uma idéa, e que só na experiência se nos deparam, explicam-se por uma espécie de imagens imperfeitas originadas da participação da idéa que, porém, permanece de todo intacta; pois a idéa árvore não muda, quer existam muitas, quer poucas árvores. A idéa habita numa região própria, inacessível á nossa experiência. Todavia, ao vermos as suas pálidas imagens no nosso mundo, de novo delas nos recordamos confusamente; pois antes da existência atual nossa alma residia no reino eterno das idéas.

quanto maior a compressão de um
termo, menor sua extensão.
Figuremos dois seres tais como: Homem;

ceito cavalo, e de novo se verificará o mesmo. Ainda entre os cavalos poderíamos distinguir outras espécies. O conteúdo do conceito (comprehensio) e o número de indivíduos sujeitos a êle (extensio) estão, pois, na razão inversa. O que se lucra por um lado, perde-se por outro. Aqui de novo se patenteia a inadequação intransponível de todo o conhecimento humano. Restringindo a extensão, pode-se, á vontade, aproximar do indivíduo o conceito universal, sem, contudo, atingi-lo jamais. Dá-se o último passo por uma indicação, ora um gesto, ora um pronome : *aquí, êste*, ou pela situação singular, conhecida dos interlocutores e pressuposta na fala.

Como verificámos, novamente, na formação do conceito, a combinação dum fator subjetivo com outro objetivo, em nosso conhecimento, é mister que haja crítica. Não é lícito, sem mais, transferir para a realidade o pensar e muito menos o falar. Mas nem tão pouco é lícito admitir tanta diferença, que de nenhum nodo equivalham á realidade o pensamento e a fala. Ademais tornou-se supérfluo qualquer reino ideal. O universal, como tal, só existe no pensamento ; é formado, partindo do singular, do concreto, o único que pode existir na realidade. Desta dependência do ser objetivo também derivam as leis próprias das idéas, as quais o homem não pode tratar a seu talante. Ninguém pode pensar que duas vezes dois são cinco, si entende o que seja dois, cinco, e multiplicar. Ora, isto depende da realidade concreta, da qual abstraimos os conceitos universais. Portanto, evidencia-se como supérfluo qualquer recurso a categorias, como as de Kant.

A primeira classificação dos diversos conceitos universais em forma científica por certo foi tentada á imitação de observações botânicas e zoológicas. Ora, o reino vegetal e animal dividem-se em espécies e gêneros, significando gênero o conceito mais extenso, que em si compreende a espécie. Será por isso que também em filosofia se fala de conceito genérico e de conceito específico ; naturalmente cada conceito genérico, tirante o supremo, pode tornar-se, por sua vez, conceito específico debaixo de algum gênero superior. Como último e supremo gênero sempre se encontra o ser. Contudo êste conceito tem posição especial em face dos outros. Comparando a relação

Homem - Hom = 2
Ext = 10
Rei - Hom = 10
Ext = 2

Extensão - Hom = 2, Rei = 10, Cavalo = 10, etc.
Comprehensio - Hom = 10, Rei = 2, Cavalo = 2, etc.

CAPÍTULO 2

Ato e potência

Outra divisão fundamental dentro do ser é a de ato e potência, *realidade e possibilidade*. Possibilidade conhecemo-la, proximamente, em nós mesmos. Por sermos livres, somos capazes duma coisa que ainda não é real. Então isto nos permite buscar novas possibilidades, mórmente em nossos planos. Pois logo reparamos que certos entes deveras não possuem certa propriedade, mas reparamos que apesar de tudo poderiam possuí-la ; ao passo que outros não na têm nem na podem possuir. Assim o homem pode ser ignorante ainda, todavia tem a possibilidade e a capacidade de se tornar instruído ; também a planta e a pedra nada sabem, mas nem sequer poderão saber coisa alguma. E' por isso que se não chamam ignorantes, como se chama ignorante ao homem. A potência significa, pois, uma dualidade : por um lado um não-ser ; ainda não existe a realidade, o ato ; por outro lado, ela é mais que um puro não-ser ; é, simultaneamente, uma capacidade e uma disposição. Ela é, por assim dizer, um meio termo entre o ser pleno e o nada, carência e potência a um tempo. Todavia a relação entre êstes dois momentos não é sempre a mesma. Por vezes predomina o não-ser, de forma que quasi desaparece a capacidade (potência) e parece persistir quasi só a possibilidade de receber um impulso de fóra, como, p. ex., a disposição no ser anorgânico. Em outras potências predomina a capacidade, de forma que quasi escapa o não-ser, como no poder da vontade livre. Porém, em nenhuma experiência topamos com pura capacidade, a que não esteja ligado algo de não-ser, conseqüentemente também necessidade de ser impelida de fora. Tão pouco se acha um mero não-ser sem nenhuma capacidade própria ; isto seria o *nada*. Logo, sempre concebemos as potências reais como uma espécie de mistura ;

pelo que se chamam *potências mixtas*. Tomando, porém, num conceito abstrato o ainda não-ser, a carência por si só, tem-se a *potência passiva*. Muitas vezes também se chamam assim aquelas potências em que predomina o momento negativo. Considerando em abstrato, por si só, o momento da capacidade, de poder, do ter força, fala-se de *potência ativa*. Este nome costuma dar-se também ás potências, em que predomina o momento ativo ; portanto mórmente á vontade humana. Uma ligeira consideração ainda manifesta que desde a liberdade humana através do reino animal e vegetal, até o anorgânico, a razão dos dois momentos muda em desfavor do momento ativo, assumindo o impulso exterior papel cada vez mais importante.

Cada potência pressupõe um ser que tem a potência, que pode, que é capaz. Este ser é o sujeito, o portador da potência. Uma pura potência não pode existir. Do outro lado a possibilidade antecede a sua realidade, p. ex., o poder saber precede o saber. Além disto o poder e a sua realização são distintos e separados. Pois, com a realização cessa a possibilidade ; e a possibilidade exprime que a realidade ainda não existe. Assim, por um lado, a potência precede seu ato ; mas por outro lado não pode preceder todo o ato, tóda a realidade, visto que do contrário, não teria sujeito e seria puro nada. Portanto, falando em absoluto, o ato precede a potência ; esta só é possível, porque fundada num ato absolutamente primeiro.

Aparentemente, a potência
precede ao ato, mas, na
realidade, não o é.
O poder ser algo pressupõe a
existência anterior disto
algo.

pode

cartes e de sua escola, o conceito de substância tornou-se rígido, de maneira que, ao depois, Kant já não ~~pode~~ vencer as dificuldades e as contradições que nasciam, senão negando a objetividade desta divisão, explicando-a por uma categoria da consciência.

O que consignámos no homem, isto nô-lo mostram, de outro modo, os animais e as plantas. Também elas, por entre todas as mudanças, conservam a sua identidade e destárte atingem o ser pleno, que lhes é típico. Também no mundo anorgânico deve achar-se a mesma diferença dum modo correspondente; pois mudança pura, conforme o que ficou exposto sobre ato e potência, não é nada. Quanto aos seres anorgânicos tem surgido a dificuldade de as unidades visíveis — que parecem conservar a sua identidade e que seríamos inclinados a ter por substâncias — só serem aglomerações de entes substanciais. As últimas partes não nos são diretamente palpáveis. Mas em todo caso sabemos que também nos seres anorgânicos o último portador é a substância.

Como último portador dos acidentes, a substância tem *subsistência*, pela qual se define. E' em nós mesmos que vemos com a maior clareza a significação desse conceito. A unidade de nossa consciência, a "*egoidade*" de tudo quanto nos pertence, o *ser sujeito* de tôdas as atividades passageiras, de todo agir e padecer é a expressão desta subsistência na escala ontológica humana. Tudo em nós pertence ao eu, o eu não pertence a nada, não é, por sua vez, atividade ou qualidade de outro; está como que em si. Que deve haver tal último, isto se vê numa simples reflexão. Si, pois, alguma coisa existe, existe a substância. Também aqui é claro que substancialidade e accidentalidade se verificam analogamente, nas diversas escalas. A definição continua sempre a mesma, mas preenchida por um ser superior ou inferior. No homem a *subsistência* como tal é consciência; o eu se possui a si, embora só em certo grau. Tal substância, que naturalmente deve ser consciência e formar um eu fechado em si, chama-se pessoa. No animal só há semelhança desta "auto-posseção", na planta uma sombra, nos anorgânicos só um vislumbre desta sombra.

A relação de substância e acidente pode considerar-se sob dois respeitos. De um lado a substância é determinante para